

# GÊNERO E JUVENTUDE

WIVIAN WELLER  
Universidade de Brasília



O convite para a organização de uma seção temática sobre Gênero e Juventude por parte das editoras da *Revista Estudos Feministas* representa uma iniciativa pioneira, uma vez que estudos e pesquisas sobre Juventudes, Sexualidades e Relações de Gênero não contam com um espaço consolidado de divulgação, dificultando a reflexão e troca de experiências entre pesquisadores, profissionais e interessados pela temática. Apesar da discussão atual sobre a necessidade de políticas públicas de/para/com juventudes<sup>1</sup> e do aumento significativo de dissertações e teses sobre questões relativas às juventudes contemporâneas, a dificuldade de articulação e organização de grupos de trabalho ainda é visível. Ao mesmo tempo, esses estudos e pesquisas apresentam uma diversidade de enfoques teóricos nos quais a perspectiva de gênero e a compreensão de juventude como uma categoria que possui dois sexos, bem como distintas origens étnico-raciais e de classe, permanecem muitas vezes ausentes ou não são desenvolvidas com o devido rigor teórico-metodológico.

Nesse sentido, a articulação entre Estudos sobre Juventude e Estudos Feministas, traçada não somente nos trabalhos que compreendem esta Seção Temática, mas também por pesquisadoras e pesquisadores que trabalham de forma isolada em diversas universidades e centros de pesquisa, apresenta uma importante contribuição para a desconstrução de algumas concepções vigentes sobre juventude, assim como para uma maior compreensão dos contextos sociais/relacionais a partir dos quais as/os jovens elaboram suas visões de mundo e constroem suas identidades. Tal tarefa parece estar ainda em fase embrionária e os artigos aqui publicados devem ser vistos como primeiras tentativas nessa direção. Embora enfocando aspectos distintos da interface Gênero e Juventude, o eixo que perpassa todos os trabalhos é a condição de vulnerabilidade social, violências e discriminações à qual estão submetidos as/os jovens pesquisadas/os, que, devido a processos multidimensionais de ruptura e à “escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos”,<sup>2</sup> vivem sob a constante ameaça da exclusão social.

Em seu artigo sobre a ‘invisibilidade’ feminina nas (sub)culturas juvenis, Wivian Weller questiona a ausência de estudos sobre jovens-adolescentes do sexo feminino, tanto nas pesquisas sobre Juventude como nos Estudos Feministas. No âmbito dos Estudos sobre

---

Copyright © 2005 by Revista Estudos Feministas

<sup>1</sup> Vejam-se por exemplo as recomendações elaboradas pelo Projeto Juventude do Instituto de Cidadania, pela Comissão Especial Destinada a Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados e pela UNESCO.

<sup>2</sup> Miriam ABRAMOVAY et al., 2002, p. 33.

Juventude, o relativo desinteresse parece acompanhar a tendência instaurada na mídia e na imprensa popular, que concentram seus esforços na divulgação de incidentes espetaculares e na tematização do caráter desviante de determinados grupos juvenis, constituídos em sua grande maioria por integrantes do sexo masculino. Por não retratarem tanto essas práticas, as expressões e estilos culturais de adolescentes e jovens do sexo feminino acabam sendo vistos como objeto de pouca relevância para a academia. Ao mesmo tempo, uma forte concepção utilitarista de ação, na qual as culturas juvenis são compreendidas como formas de protesto e/ou de resistência, criou uma série de preconceitos em torno de algumas culturas juvenis femininas que, quando vistas de forma superficial e estereotipada, parecem não demonstrar uma atitude de protesto ou resistência diante das desigualdades de gênero, étnico-raciais, de classe, entre outras. Essa ausência de estudos sobre a participação de jovens e adolescentes nas manifestações juvenis também estaria associada à compreensão de muitos estilos e formas de expressão femininas como pouco racionais ou como ações voltadas somente para o consumo de produtos veiculados a esses grupos. No campo dos Estudos Feministas as culturas juvenis femininas também constituem um tema pouco pesquisado.<sup>3</sup> Com base nas reflexões de algumas teóricas feministas citadas no artigo, a autora conclui que “uma discussão profunda sobre o futuro do movimento feminista passará necessariamente pelo campo das culturas populares juvenis, que tem se constituído não somente como espaço de construção e reconstrução de novos estilos e modismos, mas também de remodelação e apropriação de um feminismo pautado nas experiências e visões de mundo de jovens-adolescentes”.

Na segunda parte do artigo, Wivian Weller reconstrói as experiências de jovens-adolescentes negras e jovens de origem turca nas cidades de São Paulo e Berlim pertencentes ao movimento *hip hop*. A autora destaca que, “no contexto paulistano, existe uma antecipação dos preconceitos e da moralização em relação ao comportamento feminino, levando as jovens – ainda que estejam buscando igualdade e reconhecimento entre homens e mulheres no movimento – a optar por uma estratégia de redução da proximidade ou até mesmo de privação de relações íntimas com colegas. [...] Já entre jovens berlinenses de origem turca não são as meninas que se afastam dos rapazes, mas o contrário: com a puberdade a trajetória coletiva é rompida de forma violenta e o convívio recíproco é negado com o intuito de preservar um tipo de uma ‘honra’ masculina pautada em valores trazidos pelos imigrantes das gerações passadas”.

José Carlos Gomes dos Anjos discute em seu artigo sobre a “Sexualidade juvenil de classes populares em Cabo Verde” o comportamento de jovens expulsos do campo e duplamente marginalizados no espaço urbano, bem como as “percepções masculinas de caminhos femininos para a prostituição”. A desterritorialização, a perda dos vínculos tradicionais de solidariedade e de parentesco devido à migração, gera um processo de “desorganização social”,<sup>4</sup> que no contexto urbano transforma esses jovens em sujeitos nômades e desalojados do mercado de trabalho formal. Tal situação impossibilita uma reorganização com base em valores e modalidades de contrato familiar existentes nas comunidades de origem, colocando-os em novas situações de marginalidade e vulnerabilidade. Para muitos jovens a *pixingaria* e a *caranganhada* se transformam em

---

<sup>3</sup> Segundo Mary Castro, o pouco investimento do feminismo na compreensão das culturas juvenis estaria relacionado “ao fato de as mulheres jovens ainda não se constituírem em um coletivo feminista, sujeito social de pressão, sujeitos de uma cidadania ativa juvenil feminista” (CASTRO, 2004, p. 298).

<sup>4</sup> Refiro-me aqui à noção de desorganização social como desenvolvida por William Thomas e Florian Znaniecki (cf. Alain COULON, 1995, p. 33-38).

estratégias de sobrevivência, que, por sua vez, alteram algumas “percepções masculinas sobre sexualidade” e “alguns princípios da tradicional assimetria de gênero”. No entanto, a *pixangaria*, que, em um primeiro momento, aponta uma mudança nos papéis tradicionais relativos ao masculino e ao feminino, conferindo às jovens o controle do jogo de interações, no qual elas tomam a iniciativa e utilizam a “sedução como arma”, se transforma em uma armadilha para as mesmas: com a gravidez elas voltam à condição de dependência e, nessa situação, passam a ser desprezadas “sobretudo por quem as engravidou”. Segundo o autor, “só uma estrutura familiar mais regrada poderia conter a espiral de desagregação do cuidado de si”, o que é praticamente impossível, uma vez que os laços familiares e de parentesco estão altamente fragilizados e novas redes de solidariedade não puderam ser constituídas no contexto urbano.

Em “Etnografias do *brau*: corpo, masculinidade e raça na reafirmação em Salvador”, Osmundo de Araújo Pinho analisa, com base em pesquisas etnográficas realizadas entre 1981 e 2000, a figura social desse jovem que, no limiar das tensões raciais e de gênero em Salvador, assim como no processo de identificação e re-apropriação de elementos culturais da Diáspora do Atlântico Negro – sobretudo do estilo *soul* norte-americano –, re-inventa uma visualidade/corporalidade negra masculina. Segundo o autor, “o *brau* se inscreve no espaço dessas articulações complexas como uma forma de representação disputada entre a iniciativa vernácula, popular-urbana, de reinvenção de identidade, e outras formas heteróclitas de representação para o negro e para a ‘cultura negra’, inclusive formas etnográficas”. Nesse sentido, o *brau* constitui um tipo de apropriação e construção de uma identidade negra masculina associada ao *funk*, que busca distinguir-se tanto do “visual tradicional afro-baiano” como de outras traduções e incorporações de elementos culturais da diáspora realizadas por outros jovens (por exemplo, pelos integrantes do movimento *hip hop*).

Osmundo Pinho destaca ainda que é necessário rever algumas discussões sobre gênero e masculinidade, nas quais os rituais de masculinidade têm sido interpretados “como demonstrações de força, engendrando uma certa retórica de violência e autodeterminação que coloca o homem no centro das representações de poder e dominação. O homem negro, entretanto, é um homem ‘deficitário’ porque *vis-à-vis* outros homens se emascula pela subordinação racial a que está submetido [...] A masculinidade negra incorporaria de um modo geral as contradições e ambivalências típicas de estruturas de dominação de raça e gênero que se associam e ao mesmo tempo autocontradizem-se”. Analisar a figura do *brau* requer, portanto, uma análise multidimensional capaz de compreender, por um lado, as determinações que orientam as “práticas de gênero, assim como suas performances de identidade”, e, por outro, os contextos de interação, dominação e disputa nos quais ele se formou enquanto ator social.

No artigo que encerra a Seção Temática, Martha A. Traverso-Yépez e Verônica de Souza Pinheiro avaliam as “implicações da socialização de gênero para as diferentes vivências da adolescência”. Com base em questionários e entrevistas realizados com adolescentes residentes em um bairro periférico da cidade de Natal, as autoras apresentam concepções de adolescência e analisam papéis de gênero presentes nas respostas das/os entrevistadas/os. Além da clara demarcação entre masculino e feminino e da manifestação de “estereótipos sexistas” nas falas das/os participantes, os resultados da pesquisa revelam um processo de “naturalização da violência doméstica e de gênero” que perpassa o cotidiano e se reverte também “como violência entre gerações”. Para Traverso-Yépez e Pinheiro, a “desnaturalização da situação” é fundamental para que se avance no sentido de reverter esse quadro. Os espaços de discussão e de questionamento – como, por exemplo, as redes de apoio para jovens mães que desejam continuar os

estudos – oferecem possibilidades de “construção local de alternativas viáveis”. Ao mesmo tempo, as autoras alertam para a necessidade de implementação de políticas públicas que contribuam “não apenas para uma maior equidade de gênero, mas também para a superação de todas as formas de exclusão em um contexto social marcado pela limitação do poder e pelas mais diversas formas de violação dos direitos das pessoas”.

Os artigos discutem distintos aspectos relacionados às experiências cotidianas de discriminação, segregação e violência, e de elaboração de novos estilos de vida e de identidades em contextos que mesclam elementos culturais globais com aspectos da realidade local, tornando muitas apropriações juvenis de gênero, sexualidade, corporalidade, masculinidade, entre outras, complexas e difusas. Nesse sentido, esperamos que os trabalhos apresentados estimulem o debate e contribuam na realização de outros estudos e articulações entre Gênero e Juventude.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- CASTRO, Mary Garcia. “Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes”. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.
- COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.